



Histórias e memórias: o imbricamento entre patrimônio cultural e o acervo

CLEONICE APARECIDA DE SOUZA¹

Esta pesquisa privilegiou a Biblioteca do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN) da Universidade São Francisco (USF), localizada em Bragança Paulista (São Paulo - Brasil), criada em 1984.

O valor histórico e a importância da Biblioteca do IFAN para os franciscanos estimularam a investigar a história desse acervo. Tomar essa biblioteca como objeto de pesquisa significou tanto refletir acerca das implicações da valorização das histórias e memórias franciscanas quanto atentar para a conservação, na contemporaneidade, de um patrimônio bibliográfico singular mantido pela Ordem Franciscana.

Sua origem localiza-se na conexão de demandas, embates políticos e teológicos, num país recém-saído da ditadura militar e na preocupação com a preservação de um acervo singular sobre franciscanismo.

A presença de teólogos vinculados à teologia da libertação orientou as linhas de pesquisa e de atuação do IFAN, o que, por sua vez, implicou a solicitação e a aquisição de obras bibliográficas para a sua Biblioteca – uma biblioteca especializada – voltadas às diferentes temáticas da área social, bem como a promoção, por esse Instituto, de eventos relativos ao cenário sociocultural, como seminários e conferências, por exemplo. Isso constitui a marca inicial da Biblioteca do IFAN.

Seu acervo, também, acolhe obras oriundas de diferentes conventos franciscanos e aquelas que foram incorporadas com o intuito de atender reflexões balizadas por questões sociais, cujos referenciais teóricos situam-se na teologia da libertação.

Essa biblioteca se inscreve na história da presença franciscana na educação superior brasileira, sobretudo na década de 1970, quando os franciscanos assumiram a direção do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, em 1976.

Em termos históricos e institucionais, percebe-se que seus momentos significativos ocorreram na época de sua criação, nos anos de 1980, passando por um grande impulso nos anos 90 – por ocasião da transferência dos livros que se encontravam nas casas franciscanas para a sede da USF em Bragança Paulista – e, posteriormente, nos anos 2000, num cenário de disputas, embates e resistências internas às transformações decorrentes de uma política de

* Universidade São Francisco (USF).

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

reengenharia institucional na USF. Em uma breve retrospectiva, é possível dizer que a Biblioteca do IFAN foi criada na esteira de formação do IFAN no ano de 1984.

Esta pesquisa contemplou duas linhas de investigação simultâneas. Na primeira, analisou obras e documentos que permitiram identificar aspectos das histórias e memórias da formação de tal biblioteca e, na segunda pesquisou a composição de seu acervo, a materialidade e os princípios que nortearam sua organização e acesso.

As ações que balizaram a origem, a organização e o acesso da Biblioteca do IFAN ultrapassavam orientações meramente técnicas da biblioteconomia, porque tais procedimentos estavam imbricados em relações de poder e na formação de teólogos da própria Ordem Franciscana bem como na emergência de estratégias de inserção dos franciscanos no universo mais amplo do ensino superior.

Por outro lado, cabe pontuar que a criação das Faculdades Franciscanas inscreve-se no panorama mais amplo do país, na década de 1970, em que a oferta de cursos superiores bem como sua privatização estão sendo ampliadas (RIBEIRO, 2002).

Nos rastros dos Franciscanos no Ensino Superior do Brasil

Para os frades franciscanos, a formação intelectual confunde-se com as origens da própria Ordem, fundada no início do século XII, tendo a sua frente Francisco de Assis. Ao longo dos séculos, em todos os países em que se fizeram presentes, os franciscanos mantiveram e cultivaram a formação acadêmica. Muitos deles foram professores de universidades como Paris e Oxford ².

Constam dos relatos históricos franciscanos, a maioria das vezes narrados por membros da própria Ordem religiosa, que, desde a chegada dos franciscanos à colônia brasileira, sempre houve preocupação com a formação, teológica, moral e intelectual de seus membros, e foram muitas as criações de conventos com tal finalidade (MIRANDA, 1969).

² No século XIII, os franciscanos já ocupavam as cátedras nas universidades medievais e casas de estudo da Europa. Dentre eles: **Boaventura de Bagnoregio**: filósofo e teólogo escolástico medieval. Em 1243 entrou na OFM, tornando-se ministro da Ordem, em 1257, e também cardeal de Albano. Foi canonizado em 1482 e declarado Doutor da Igreja em 1588; **Guilherme de Ockham**: filósofo medieval entrou para a Ordem em 1300, estudou e ensinou filosofia na Universidade de Oxford; **João Duns Scotus**: filósofo e teólogo da tradição escolástica. Foi beatificado em 20 de março de 1993, durante o pontificado de João Paulo I; **Raimundo Lúlio**: escritor, filósofo, poeta, missionário e teólogo da língua catalã. Provavelmente, pertenceu à Ordem Terceira dos Frades Menores; **Roger Bacon**: filósofo inglês que descreve o método científico como um ciclo repetido de observação, hipótese, experimentação e necessidade de verificação independente.

No início do período republicano, além de estabelecerem novos conventos, os franciscanos criaram escolas, uma vez que os tempos eram outros e requeriam novas estratégias de ação e novos métodos de atuação, que viabilizassem a sobrevivência e a permanência da Ordem Franciscana no país (MIRANDA, 1969).

Realizando as buscas sobre os franciscanos no período republicano, observa o esforço da Ordem em sua reestruturação, assim como na manutenção conventual. Como ordem religiosa, além das questões políticas que orientavam a ação dos franciscanos na educação, havia também as próprias orientações da Igreja Católica, que procurava manter sua influência no setor educacional.

Por ocasião do Concílio Vaticano II (1962-1965), o Papa Paulo VI, na Declaração sobre a Educação Cristã, *Gravissimum Educationis*, deu o tom das nuances que orientariam a atuação da Igreja Católica, nas décadas de 1960 e 1970, em relação ao campo educacional, ao propor a

[...] importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo [...]. Na verdade, a educação dos jovens, e até uma certa formação continuada dos adultos torna-se, nas circunstâncias actuais, não só mais fácil mas também mais urgente. Com efeito, os homens, mais plenamente conscientes da própria dignidade e do próprio dever, anseiam por tomar parte cada vez mais activamente na vida social, sobretudo, na vida económica e política [...].

Esse documento, ao abordar as faculdades e universidades, principalmente as que estão sob a responsabilidade e o controle de instituições religiosas, expõe, também, a preocupação em formar pessoas capazes de ocupar cargos de destaque na sociedade e influenciá-la de acordo com a visão cristã de mundo.

A Igreja acompanha igualmente, com zelosa solicitude, as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria da investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações atuais, se veja mais profundamente como a fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos doutores da Igreja, mormente de S. Tomás de Aquino. E assim se consiga a presença pública, estável e universal da mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se façam homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais importantes cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo. (*GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*, 1965)

Portanto, o fato de ser a educação, principalmente a educação formal por meio da instituição escolar, um dos principais mecanismos de divulgação, de contestação ou defesa de

um conjunto de ideias, leva a Igreja e também o Estado a se preocuparem em influenciar os mecanismos, as fórmulas e a própria estrutura da educação.

No marco, portanto, da privatização do Ensino Superior e das decisões pontifícias de incentivo da presença dos religiosos católicos na oferta do ensino superior, além do próprio contato com a memória franciscana de uma atuação, em momentos anteriores da história da Ordem, neste nível de ensino, é que encontramos a configuração da Universidade São Francisco, com sede em Bragança Paulista, SP, no ano de 1985.

O ano de 1985 é o marco simbólico da vitória das forças democráticas brasileiras contra o poder do arbítrio militar, que já ultrapassava duas décadas. A luta da resistência democrática se travava desde a implantação da ditadura, em 1964, e, durante os governos militares, muitas políticas inspiradas na globalização foram formuladas, inseridas e implementadas sob o silêncio da nação amordaçada. É no fortalecimento do Estado autoritário, na consolidação da internacionalização da economia brasileira no interior do capitalismo, que se localiza o esforço de privatização do Ensino Superior, sem que o Estado perdesse o controle político e administrativo sobre ele (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 1999).

Assim, a inserção institucional da Ordem Franciscana no Ensino Superior no Brasil foi consolidada em 1985, o que complementou as atividades educacionais e culturais dos franciscanos. Segundo Ribeiro (2002:161):

Vale dizer que, no final dos anos [19]80, em razão do artigo 207 da nova Constituição Federal, que estabeleceu a autonomia didática, administrativa e financeira para as universidades, houve, por parte das instituições privadas, um intenso movimento no sentido de ampliarem seu porte para pleitear a condição universitária.

A partir desse artigo inserido na Constituição Federal, percebe-se a adoção de uma estratégia de autorregulamentação apresentada para a educação superior, enfatizando a autonomia e a autogestão para as novas instituições.

Em março de 1985, a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES) foi criada no MEC. Essa comissão produziu um relatório, divulgado no mesmo ano, que pode ser considerado o único texto do MEC com algum impacto sobre o sistema educacional, desde o estudo que tratou da proposta da Reforma Universitária de 1968. Uma marca da CNRES foi a heterogeneidade de seus membros, o que implicou a ausência de consenso nas questões apresentadas, quase todas elas afinadas com as diretrizes do Ministério da Educação (CUNHA, 1997).

O relatório da CNRES contém muitas das propostas que irão aparecer nas políticas governamentais dos anos de 1990, cujos eixos são a avaliação vinculada à autonomia e o problema da diversificação institucional.

Como desdobramento dos trabalhos da CNRES, foi criado, no início de 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), o qual, com base no Relatório daquela Comissão, deveria sistematizar as questões suscitadas, preparando as medidas legais para uma Reforma Universitária. O Grupo afirmava ter promovido vários encontros com entidades representativas da comunidade universitária, e o então presidente da Andes observava que, não obstante a coleta de subsídios junto às entidades, o GERES trabalhava “a portas fechadas”, tendo o MEC mantido o seu relatório em sigilo. Na verdade, em outubro de 1986, num clima de tensão em virtude da deflagração de uma greve nas autarquias é que o Relatório e o anteprojeto, resultantes dos trabalhos do GERES, foram divulgados. O repúdio a esses documentos foi de tal ordem que impediu sua votação no Congresso Nacional, de onde foi retirado (RIBEIRO, 2002).

Evidentemente, as reformas na educação superior, em todo o mundo, a partir de final dos anos 1970, foram condicionadas pelos matizes nacionais e pela correlação de forças que estavam dadas no campo social. No caso brasileiro, a mobilização em torno da defesa da educação pública e, particularmente, a força do movimento docente do ensino superior conseguiu adiar por um bom tempo a reforma da universidade (RIBEIRO, 2002).

Sendo assim, a Universidade São Francisco surgiu num contexto de efetiva mobilização pela ampliação do ensino superior, bem como inserida num processo de redefinição do que seriam as características dessas instituições.

Esse período caracteriza-se pela recriação do sistema educacional brasileiro que havia sido fragmentado e privatizado durante a ditadura militar. Mesmo com ampla mobilização em defesa do ensino superior público, sabemos, também, que a reforma educacional dos anos de 1990 facilitou a ampliação do sistema privado.

Biblioteca do IFAN: patrimônio cultural e o acervo

História e memória, apesar das aparentes semelhanças, como se repete insistentemente, diferem (LE GOFF, 2003; NORA, 1993). O substrato de ambas talvez seja igual: o passado. É, em primeiro lugar, a ele, ao passado como temporalidade, que remetem a construção da memória ou a operação histórica. A dissonância entre os dois fazeres, porém, é

grande: a memória tecida sobre um determinado evento ou conjunto de eventos dificulta a percepção histórica que se pode ter desses episódios, refaz o itinerário de atribuição de sentidos, constrói um fato oferecendo explicação coerente a episódios na origem desconexos. Constrói-se, assim, a memória histórica que do apelo individual atinge dimensão coletiva. “Memória histórica que (re)cria o passado, operando temporalidade como textualidade, fundindo referenciais que estabilizam o presente” (PINTO, 1998:206).

A história da biblioteca está atrelada ao registro da informação, sendo complexo separá-la de um contexto mais amplo que seria a própria história do homem. Em Nínive, Iraque (antiga Mesopotâmia), os arqueólogos encontraram cerca de vinte duas mil placas, que ali estavam desde o século XII a.C. A biblioteca mais antiga que se tem notícia pertencia ao Rei Assurbanipal. Entretanto, a biblioteca mais célebre e grandiosa da Antiguidade, foi a de Alexandria, século IV a.C. que chegou a ter cerca de 700.000 volumes. Essas primeiras bibliotecas eram usadas apenas por sacerdotes e reis, os poucos privilegiados que sabiam ler e escrever. Com o aparecimento da imprensa, e conseqüentemente, do livro impresso, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, as possibilidades de acesso às bibliotecas foram ampliadas (SILVA; ARAÚJO, 2003; BURKE, 2003; CHARTIER, 1999).

Se, no princípio, os livros dos conventos eram guardados num armário colocado na sacristia ou na própria igreja e, nesse armário, estava a própria biblioteca, durante os primeiros séculos da Idade Média (VII e VIII) houve uma mudança surpreendente na organização de bibliotecas e na atividade bibliotecária. Tais mudanças, inevitavelmente, afetaram a maneira de ler os livros, em decorrência do enriquecimento e da diversificação das coleções particulares, dado o aparecimento de livros menos caros e a multiplicação de materiais.

Para Schwarcz (2002:122),

A criação da biblioteca ocorre no momento em que a humanidade começa a dominar a escrita, sendo a biblioteca mais antiga, segundo os historiadores, a Biblioteca do Rei Assurbanipal (Séc. VII a.c.), cujo acervo era formado por placas de argila escritas em caracteres cuneiformes (as denominadas Bibliotecas Minerais, por serem constituídas com argila). Seguindo-se as Bibliotecas Vegetais e Animais, constituídas por rolos de papiros e pergaminhos, de que foram exemplo as Bibliotecas dos babilônios, assírios, egípcios, persas e chineses, surgem as Bibliotecas de Papel e Livro, ainda predominantes até os dias de hoje. Acessíveis a toda a população, possuem um caráter intelectual e civil através da especialização em diferentes áreas de conhecimento.

Segundo Battles (2003:86), o “[...] número de livros cresceu drasticamente do século XV ao século XVII, engendrando um misto de excitação e de ansiedade [...]”. De fato, a

primeira explosão bibliográfica ocorre a partir de 1448, com a imprensa de Gutenberg, que teve relevância intelectual e histórica, como salienta Weitzel (2002:62):

A importância histórica da invenção da imprensa reside em dois fatos: primeiro, a promoção da laicização do conhecimento com a quebra do monopólio da informação, restrita, antes, aos mosteiros e aos castelos da nobreza; e, em seguida, como consequência, a possibilidade de aumentar o alcance das descobertas científicas e dos tratados filosóficos através das publicações de cunho científico.

Tal processo de ampla circulação de ideias, garantida pela imprensa, resultou tanto na ampliação da publicação de obras entre religiosos quanto na formação e ampliação de bibliotecas. Com as vantagens que a disseminação do conhecimento e a emergência da indústria editorial trouxeram, surge também uma nova preocupação, a de preservar e conservar o acervo bibliográfico para gerações futuras, tomando o cuidado para que estas tenham acesso a um material de qualidade, similar ao seu original (BURKE, 2003).

As bibliotecas são símbolos de poder e de prestígio, carregam dons e possibilitam viajar no tempo e no espaço. Ao evadir-se de Portugal, D. João não esqueceu a biblioteca – que veio em três viagens sucessivas –, assim como D. Pedro I não abriu mão das obras e do lustro que elas garantiam: nada como iniciar uma história autônoma tendo uma biblioteca para assegurar um passado e conferir erudição a um país recém-emancipado (SCHWARCZ, 2002:123).

É possível dar sentido à biblioteca através de uma longa viagem ao mundo da cultura e do saber, pois como podemos entrar em uma biblioteca sem imaginar o que este espaço significa. O que está depositado em uma biblioteca? O registro de uma sociedade, de um tempo. Para Le Goff (2003:419) “A apreensão da memória depende do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos de apropriação do tempo”.

De acordo com Battles (2003:15), “[...] cada tipo de biblioteca incorpora uma certa concepção a respeito da natureza dos livros, na medida em que favorece determinadas funções sociais, culturais ou místicas.”

Nesta perspectiva vou ao encontro do pensamento de Le Goff (2003) que o documento é monumento. Sendo assim, um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É necessário, portanto, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Os frades franciscanos zelam pelo constante aprimoramento intelectual de seus membros, por isso, em cada casa franciscana, há sempre uma biblioteca e um frade que, como bibliotecário, cuida da manutenção, preservação e das novas aquisições. Por que em toda casa franciscana há uma biblioteca e um frade que cuida deste lugar?

É possível constatar isso já no Capítulo³ de 12 de outubro de 1811, há dois séculos, quando se concluíram, por antecipação, os estudos teológicos no Rio de Janeiro.

A norma e obrigação estatutária sobre o cuidado com os livros e inventário dos mesmos, aquisição dos que eram necessários, e obrigação do Guardião de colocar 6 tomos durante o período de seu mandato, são, identicamente, outras referências explícitas em atas capitulares, pois preocupavam-se de que forma os futuros franciscanos poderiam continuar a história, se não deixarem os ganchos onde amarrar a continuidade (MIRANDA, 1969:263).

Nesse sentido, a biblioteca, para os franciscanos, era e é um lugar de memória da Ordem. Nesse sentido, para Nora (1993) os *lugares de memória* são espaços socialmente produzidos para que as lembranças de determinados grupos sociais pudessem sobreviver ao tempo e, fundamentalmente, a um tempo (como é o nosso) em que tudo parece fugaz e efêmero. Essa preocupação com a fugacidade do tempo é tão central para o autor que ele afirma: “[...] se ela [a memória] não estivesse ameaçava não se teria a necessidade de construí-los [os lugares de memória]”, ou seja,

Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993:7).

Sendo assim na trajetória desta pesquisa, uma das linhas de investigação que privilegiei foi a análise de obras e de documentos que me permitiram rastrear as histórias e memórias da formação da Biblioteca do IFAN na Universidade São Francisco, pois [...] a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites

³ Forma encontrada pelos Institutos de vida religiosa, como assembleia institucionalizada, reunindo os membros convocados em seus diferentes níveis, para abordar questões relacionadas com a forma de vida professada. Conforme as constituições gerais dos franciscanos no Art. 215, Parágrafo 1º. Compete ao Capítulo provincial analisar o estado atual da vida e atividade dos irmãos da Província, procurar e propor meios oportunos para seu crescimento e emenda, deliberar e, de comum acordo, tomar decisões sobre novas iniciativas e assuntos de maior importância, bem como realizar as eleições. Parágrafo 2º. Compete ao Capítulo provincial elaborar os Estatutos particulares da Província, os quais, no entanto, necessitam da aprovação do Definitório geral; os outros Estatutos peculiares da Província são elaborados pelo Capítulo provincial com autoridade própria.

físicos do nosso corpo para estar interposta, quer nos outros, quer nas bibliotecas”. (LE GOFF, 2003:421).

É nesse sentido que se entende que as bibliotecas são locais de memória e preservam a memória social. Como mostra os exemplos citados por Burke (2005:87-90), em uma cultura impregnada pelas escrituras, portanto pelos livros, as memórias coletivas ou individuais são moldadas por outras histórias particulares ou de grupos, que ficam no registro da memória social. Esses seriam alguns indicativos dos efeitos dos livros na sociedade escrita no que se refere à memória social, embora Burke sinalize, também, que a memória não seja transmitida ou moldada apenas pela leitura, mas também pelas experiências vividas e pelas representações que tais escritos podem gerar entre os letrados.

Os franciscanos, conhecido como grupo voltado para a ação e associado à mística religiosa, foi um dos grupos religiosos que se modernizou com a ampliação da imprensa, pois suas ideias e sua doutrina passaram a circular por meio de livros, publicados, principalmente, pela editora Vozes. É notório, para os franciscanos, sua capacidade de produzir uma bibliografia que seja autorreferente e que aluda à sua própria historicidade. A maior parte das fontes pesquisadas são publicações feitas por franciscanos e para franciscanos, fato que, evidentemente, coloca algumas armadilhas para o pesquisador. Daí não ficar sempre claro, pelas fontes consultadas neste trabalho, a separação entre a história narrada e as memórias franciscanas.

A Biblioteca do IFAN recebe da Editora Vozes, no mínimo, um exemplar de todos os volumes lançados sobre os franciscanos. Dentre os primeiros livros mais antigos publicados pela Editora Vozes, os quais constam do acervo da Biblioteca do IFAN estão *A vida e o culto de Santo Antônio* (1906), de Frei Luís Reinke e *Cecília* (1909), de Frei Basílio Röwer e Frei Pedro Sinzig.

Destaco, todavia, que esse fator acabou também sendo um favorecedor para este estudo, uma vez que a Biblioteca do IFAN, composta de livros que valorizam as memórias do franciscanismo, possui um expressivo conjunto de obras publicadas no Brasil no início das atividades da Editora Vozes, em 1901, e que compõe o acervo.

Segundo fontes franciscanas, foi na esteira da criação das escolas, que Frei Ciríaco Hielscher, cofundador e professor da Escola São José, com permissão do Governo da Ordem, comprou uma impressora usada, porque os conteúdos das publicações impressas da época não iam ao encontro dos ideais franciscanos. Essa iniciativa deu origem à Editora Vozes.

A preocupação com o controle da formação intelectual dos alunos e com o conteúdo que deveriam aprender está na base da criação da editora, e, desse período, merecem destaque alguns livros publicados: *O primeiro livro de leitura*, editado pelos professores da Escola Gratuita São José; *A vida e o culto de Santo Antônio*, de Frei Luís Reinke; *Cecília*, de Frei Basílio Röwer; *Breves meditações para todos os dias do anno*, de Frei Pedro Sinzig, e *Manná: o alimento da alma devota*, um livro de orações populares escrito por Frei Ambrósio Johanning (ANDRADES, 2001).

Esta tipografia, que deu origem à Editora Vozes, foi utilizada para imprimir os livros que seriam adotados em diferentes escolas, para além das franciscanas, e outras publicações impressas que circularam amplamente entre diferentes segmentos sociais disseminando ideais, padrões e valores franciscanos. O lucro dessa tipografia serviria de fundos para pagar professores leigos que, porventura, trabalhassem com crianças – fato que me permitiu compreender um pouco melhor não somente esse Instituto, mas também as características principais dessa biblioteca especializada (FIGUEIREDO, 1979).

As obras recentes da Editora Vozes que vieram a compor o acervo da Biblioteca do IFAN sobre franciscanismo são: *Província da Imaculada Conceição do Brasil e seu plano de evangelização* (2003), *O Franciscanismo e a Santíssima Trindade*, (2000), *Meu Deus e meu tudo: mensagem de São Francisco de Assis aos fiéis penitentes* (2001), *Estudos e pesquisas sobre o Franciscanismo das origens* (2004), *Fontes Franciscanas e Clariana* (2004), *Evangelização: contribuição franciscana* (2000), *História das Filhas da Caridade da Província do Rio de Janeiro: Brasil 1849-2003* (2006) e *Aniversários e escalação dos frades da Província da Imaculada Conceição do Brasil* (2008).

Essa ligação entre a biblioteca franciscana do IFAN e a Editora Vozes garantiria, como se pode perceber, uma alimentação permanente que visava ao crescimento e à qualificação do acervo. As marcas da identidade franciscana seriam, deste modo, asseguradas pela editora, que colocaria títulos em circulação, e pela valorização desses livros/títulos no espaço específico da pesquisa e da formação intelectual franciscana numa universidade. Todavia, o acervo da biblioteca teve, ainda, outros fatores e ações que, conjugadas, reforçaram o desenvolvimento rápido da biblioteca.

Considerações finais

Este estudo abrange desde o projeto dessa biblioteca, idealizado em 1984, o qual foi se

concretizando lentamente em fins da década de 1980 até a atualidade, e analisa as editoras que compõem o seu acervo, tomando por base que os livros destinavam-se, principalmente, ao grupo de pesquisadores do IFAN.

Para Baratin e Jacob (2006:11):

A história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória, no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos do saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções.

Ao analisar as obras da Editora Vozes que compõe o acervo da Biblioteca do IFAN, indícios e pistas do sentido dessas obras, na formação do acervo, podem ser detectadas. O livro permite um reconhecimento do motivo pelo qual o conjunto dos objetos em que ele se insere devolve-nos às práticas sociais e situam o indivíduo. Não é simplesmente sua constituição física, mas sim um conceito que vem de vários lugares.

O acervo que compõe a biblioteca carrega consigo um potencial que as coleções públicas e as bibliotecas acadêmicas tendem a obscurecer. Da mesma forma que a biblioteca oferece uma passagem para o universo das ideias possíveis, o livro, enquanto objeto de estimação, revela a seu possuidor as conexões que os livros vão traçando individualmente em diferentes tempos e lugares – conexões refletidas na história de seus antigos donos, de suas encadernações, de suas páginas ainda fechadas.

No transcorrer desta pesquisa observa que uma biblioteca também é um espaço que educa – lugar significado pelas memórias e histórias que lhes deram origem, signo que instaura uma dada visão de civilidade e erudição.

Tomar essa biblioteca como objeto de pesquisa significou refletir tanto acerca das implicações da valorização das histórias e memórias franciscanas quanto atentar para conservação de um patrimônio cultural bibliográfico singular pela Ordem Franciscana.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. **Editora Vozes: 100 anos de historia 1901-2001**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

_____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII** 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.101, p.20-49, 1997.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas Universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1979.

GRAVISSIMUM EDUCATIONES. Declaração sobre a Educação Cristã. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acesso em: 20 abr. 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n.10, p. 07-28, dez.1993.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 17, p.203-212, nov. 1998.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas praticas para formação profissional.** 4. ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudança na produção.** Bragança Paulista [SP]: Editora Universitária São Francisco, 1999. 279 p. (Coleção estudos CDAPH ;4)

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.